

DETERMINANTES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS: UM ESTUDO COM MUNICÍPIOS PARANAENSES

DETERMINANTS FOR OPENING ADDITIONAL CREDITS: A STUDY WITH PARANAIAN MUNICIPALITIES

Denize Cavichioli¹
Keila Priscila dos Santos²
Leandro Augusto Toigo³
Clóvis Fiirst⁴

Resumo: O orçamento público sempre foi um poderoso instrumento de controle dos recursos gerados pela sociedade, que retornam para a mesma na forma de bens e serviços. O objetivo do presente estudo é demonstrar os determinantes que influenciam a abertura de créditos adicionais suplementares nos municípios da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) no período de 2013 a 2015. Os principais pontos teóricos abordados foram o orçamento público, os créditos adicionais, controle social e estudos anteriores. O estudo caracteriza-se como descritivo, quantitativo e documental. Para cumprir com o objetivo, foram analisados os 52 municípios da região AMOP e suas variáveis contábeis, socioeconômicas e de controle social, totalizando dezessete variáveis explicativas, além da variável dependente. Os dados foram tratados por meio da técnica de dados em painel, no período supracitado. Como principais resultados, identificou-se que oito das variáveis analisadas explicam a abertura de créditos adicionais a um nível de significância de 5%. Além disso, observou-se que dessas oito variáveis, duas influenciam negativamente o valor dos créditos adicionais, ao passo que seis explicam positivamente. Concluiu-se de forma geral que seis variáveis são determinantes do valor dos créditos adicionais abertos, sendo elas o Indicador da Realização da Receita Orçamentária (IRRO), Indicador da Execução Orçamentária Corrente (IEOC), Indicador da Realização da Receita Tributária (IRRT), Indicador de Liquidez (ILIQ), Indicador do Grau de Dependência (IGD) e o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), notando-se o fato que quanto maiores, maior será a quantidade de créditos adicionais abertos.

Palavras-chave: Orçamento. Créditos Adicionais. Influência.

Abstract: The public budget has always been a powerful tool for controlling the resources generated by society, which return to it in the form of goods and services. The objective of the present study is to demonstrate the determinants that influence the opening of additional

¹ Mestre em Contabilidade pela UNIOESTE em 2017. denize-gcu@hotmail.com

² Mestre em Contabilidade pela UNIOESTE em 2017. keilahn_@hotmail.com

³ Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela FURB. Professor Adjunto do Mestrado em Contabilidade da UNIOESTE. leandrotoigo@yahoo.com.br

⁴ Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pela FURB. Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UNIOESTE. cfiirst@gmail.com

supplementary credits in the municipalities of the Association of Municipalities of the West of Paraná (AMOP) from 2013 to 2015. The main theoretical points addressed were the public budget, additional credits social control and previous studies. The study is characterized as descriptive, quantitative and documentary. In order to comply with the objective, the 52 municipalities of the AMOP region and their accounting, socioeconomic and social control variables were analyzed, totaling seventeen explanatory variables, in addition to the dependent variable. The data were treated using the panel data technique, in the above mentioned period. As main results, it was identified that eight of the variables analyzed explain the opening of additional credits at a significance level of 5%. In addition, it was observed that of these eight variables, two negatively influence the value of the additional credits, while six explain positively. It was concluded in general that six variables are determinant of the value of the additional credits opened, being the Budget Revenue Realization Indicator (IRRO), Current Budget Execution Indicator (IEOC), Revenue Revenue Indicator (IRRT), (ILIQ), Indicator of the Degree of Dependency (IGD) and the Human Development Index of the Municipalities (IDHM), noting the fact that the larger, the greater the amount of additional credits opened.

Keywords: Budget. Additional Credits. Influence.

1 INTRODUÇÃO

O orçamento é uma ferramenta essencial para o planejamento e tomada de decisões, tanto no âmbito privado, quanto no público. No setor público, existe a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o orçamento público propriamente dito, sendo um meio do orçamento se materializar, tendo como finalidade a administração do equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas, onde é estabelecido o montante de recursos disponíveis para cada órgão do ente público (SANTOS; CAMACHO, 2014). Em caso de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas no orçamento, a Lei 4.320/64 autoriza a abertura de créditos adicionais, que têm vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos.

Nesse contexto, o orçamento público sempre foi um poderoso instrumento de controle dos recursos financeiros gerados pela sociedade, que retornam para a mesma na forma de bens e serviços prestados, o que denota a sua importância é que, historicamente, todas as constituições federais e estaduais, bem como as leis orgânicas dos municípios, sempre dedicaram dispositivos sobre a programação como categoria do orçamento público, desde a época do Império até os dias atuais (PIRES; MOTTA, 2006).

O orçamento reflete as mudanças de estratégias e o desempenho dos níveis de gerência em termos de maior ou menor poder discricionário para os executivos, impactando o resultado das organizações, assim configura-se como um instrumento gerencial que impacta e possibilita avaliar o desempenho financeiro das organizações, cujos resultados refletem as variações ocorridas no período (SANTOS; ALVES, 2011).

Alguns pesquisadores têm explorado a temática orçamento público, entre eles Meireles (2011) e Santos e Camacho (2014). Meireles (2011) buscou demonstrar que as informações fornecidas pela LOA de 2010 da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e pelos seus respectivos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs), referentes aos investimentos em obras e instalações da Secretaria Municipal de Educação não permitem ao cidadão avaliar a eficácia e a eficiência de seus representantes. Santos e Camacho (2014) analisaram a relação entre receitas x despesas, com enfoque no equilíbrio orçamentário, com o objetivo de contribuir com a Prefeitura Municipal de

Cosmópolis/SP na avaliação de seu planejamento e posterior execução orçamentária, bem como demonstrar a população de que forma a máquina administrativa está sendo gerenciada.

Os estudos sobre orçamento público estão voltados para a investigação da sua evolução histórica e importância para a sociedade (PIRES; MOTTA, 2006), nível de *disclosure* (MELLO *et al.*, 2007) orçamento como ferramenta para avaliação do desempenho dos representantes (MEIRELES, 2011), perspectiva do planejamento emancipatório (ABREU; GOMES, 2013), a utilização do crédito extraordinário como mecanismo de adequação da execução orçamentária (ROCHA; MARCELINO; SANTANA, 2013), análise do equilíbrio das receitas e despesas (SANTOS; CAMACHO, 2014), o orçamento público como instrumento da ação governamental para viabilizar a formulação de políticas públicas de infraestrutura (ABREU; CÂMARA, 2015). Tais estudos apontam para uma lacuna a ser preenchida na literatura, pois estudar possíveis determinantes de abertura dos créditos adicionais contribui para o entendimento da dinâmica orçamentária.

Ressalta-se que relacionar variáveis socioeconômicas, contábeis e de controle social com alterações no orçamento torna-se oportuno, pois estas representam fatores que podem explicar abertura de créditos adicionais. Conduzido pela necessidade de estudo do orçamento público, surge a seguinte questão-problema: **Quais são os determinantes que influenciam a abertura de créditos adicionais suplementares nos municípios da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná?** O estudo tem por objetivo demonstrar os determinantes que influenciam a abertura de créditos adicionais suplementares nos municípios da AMOP no período de 2013 a 2015.

Entre as justificativas do estudo, uma delas é preencher a lacuna existente sobre créditos adicionais, já discutida por Albuquerque (2011), porém com outras variáveis, diferentes do presente estudo, de modo a contribuir para a compreensão dos mesmos e com a teoria, além de contribuir também no aspecto prático-social, no que tange ao entendimento das razões que levam a alterações no orçamento público. A escolha da região da AMOP, justifica-se pelo fato da região possuir uma forte rede urbana e um setor de agronegócio cooperativo que é base para a progressiva expressão da região no âmbito do setor primário estadual, evidenciando uma constante capacidade de crescimento econômico que equilibra as tendências econômicas e populacionais do Paraná em torno na capital do estado, Curitiba (INVENTÁRIO CULTURAL, 2015).

O estudo é composto por cinco seções, iniciando com essa seção introdutória. Na seção seguinte, é exposta uma revisão teórica sobre o orçamento público, planejamento da administração pública e créditos adicionais. A terceira seção faz uma explanação do delineamento metodológico utilizado na pesquisa. Os resultados obtidos e sua análise são tratados na quarta seção. Enfim, na quinta seção são apresentadas as considerações finais, bem como a resposta para a pergunta de pesquisa e recomendações para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com a intenção de aprofundar as reflexões sobre o tema delimitado, nessa seção serão abordados os temas orçamento público, créditos adicionais, controle social e estudos anteriores sobre o tema.

2.1 Orçamento Público e Créditos Adicionais

O orçamento público constitui-se em uma ferramenta essencial, tanto nas organizações públicas, quanto nas privadas, para fins de planejamento e organização dos recursos. Os governos preparam e publicam seu orçamento anual como um documento público, que contempla os aspectos financeiros dos planos do governo para um período futuro, sendo seu monitoramento e demonstração essenciais para uma boa gestão pública (MELLO *et al.*, 2007). O orçamento público é apresentado por Macêdo e Lavarda (2013) como a síntese do compromisso de contribuições da coletividade e das realizações do governo, no qual são alocados os recursos para atender as necessidades primárias e secundárias da sociedade, o que constitui um direcionador das ações do gestor na implantação de projetos, programas e ações.

O orçamento público é composto por três peças orçamentárias: o Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os recursos do orçamento são alocados integralmente aos programas que estão previstos no PPA, na forma de ações orçamentárias, exceto no caso das transferências constitucionais devidas aos Estados e municípios e do pagamento de dívidas do Governo Federal (GARCES; SILVEIRA, 2002). A LOA contém a discriminação da receita e despesa, corroborando para a evidenciação da política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo (Brasil, 1964).

Nesse sentido, o orçamento pode ser compreendido como um instrumento de alocação de recursos a fim de satisfazer os propósitos humanos, e assim origina-se o *trade-off*, ou seja, um conflito entre a limitação dos recursos e as necessidades humanas ilimitadas, porém caberia ao orçamento a resposta para tal conflito, já que possui como finalidade retratar as prioridades e as metas estabelecidas por um dado governo (ROCHA; MARCELINO; SANTANA, 2013). Eis aqui um elemento essencial na gestão de recursos.

Para que haja uma gestão orçamentária, é essencial a organização do instrumento, o que engloba os procedimentos para a sua elaboração e execução, a taxionomia dos dispositivos que o compõem e a atuação dos atores envolvidos no processo, valendo ressaltar que a configuração da sua estrutura gera a análise da disponibilidade de recursos para a definição das políticas públicas (ABREU; CÂMARA, 2015). Muitas entidades públicas não conseguem ter eficácia nessa organização, e dessa forma, não têm êxito em estimar as entradas e saídas de recursos, necessitando assim, fazer abertura de créditos adicionais. Tais elementos são tratados a seguir, na próxima seção.

Os créditos adicionais estão estritamente relacionados com o orçamento público, pois o alteram. De acordo com a Lei nº 4.320/64, são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, sendo classificados em suplementares, especiais e extraordinários. São suplementares quando são destinados a reforço de dotação orçamentária, especiais quando são atribuídos à despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e extraordinários quando são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

A abertura, o volume e a destinação de créditos adicionais podem ser influenciados por diversos fatores, visto que podem ocorrer várias situações durante a execução do orçamento que resultam na necessidade de alteração do orçamento (ROCHA, 2001). Rocha, Marcelino e Santana (2013) asseveram que devido às alterações no orçamento vigente, os créditos adicionais têm sido vistos como elementos que causam transtorno na execução orçamentária desde o Brasil Império, ao passo que são introduzidos no orçamento em vigor para cobrir falhas da fase de planejamento que surgem durante a execução orçamentária.

Há uma preocupação no que tange aos determinantes de abertura de créditos adicionais. Conforme afirma Albuquerque (2011), o fato de existir esse mecanismo de correção orçamentária causa uma discussão em torno da capacidade dos municípios de preverem suas receitas e fixarem suas despesas e a utilização excessiva dos créditos suplementares aponta para a realização de um orçamento mal elaborado e executado.

2.2 Controle Social

O conceito de controle social refere-se a uma das faces da participação social e está diretamente vinculado à relação entre Estado e sociedade, podendo essa participação ocorrer de duas formas principais, sendo em auxílio à gestão, no caso dos comitês, conselhos de administração de empresas públicas, conselhos de políticas públicas e assemelhados, ou em auxílio ao controle da administração, tendo como exemplo as ouvidorias, canais para consultas, denúncias, representações e audiências públicas (SERRA; CARNEIRO, 2012).

O orçamento possui uma grande relação com o controle exercido pelos cidadãos, já que estes podem utilizá-lo para avaliar as informações referentes ao planejamento financeiro. Mello *et al.* (2007) ressaltam que tornar os dados do orçamento avaliáveis publicamente faz-se necessário para elevar a transparência das intenções financeiras dos governos, melhorar o controle, o planejamento e principalmente para que o cidadão possa fiscalizar as ações dos administradores públicos.

Para o desenvolvimento de uma sociedade pautada em conceitos democráticos, é consensual a importância da atuação dos cidadãos no controle social da administração pública (SABIONI *et al.*, 2016). Nesse sentido, de forma a incentivar práticas de controle social e eliminar a corrupção, o Brasil tem melhorado as ferramentas de transparência e acesso à informação, permitindo a participação popular na gestão dos recursos públicos (ROSA *et al.*, 2016).

O controle social é algo que tem crescido no Brasil, e pode influenciar atitudes políticas, pautado no fato de que há um controle maior do que ocorre nas entidades e pelo poder exercido pelos gestores. Na região AMOP, apenas seis municípios contam com o órgão de controle social, o Observatório Social, sendo Assis Chateaubriand, Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo.

2.3 Estudos Anteriores

Alguns estudos já realizados por outros autores relacionaram o orçamento e os créditos adicionais com variáveis socioeconômicas e contábeis. Estes serão abordados na presente seção.

Rocha (2001) efetuou o tratamento dos dados relativos aos créditos adicionais, realizou análise do seu montante e estabeleceu um padrão de comportamento para autorizações de abertura desses créditos no período selecionado. Um dos principais resultados obtidos apontou que a abertura de créditos adicionais esteve ligada a acontecimentos econômicos maiores. Dessa forma, é possível afirmar que variáveis econômicas podem apresentar ligação com a abertura de créditos adicionais.

Albuquerque (2011) buscou relacionar os determinantes que conduzem a construção de um orçamento público eficiente, ou seja, aquele que dispõe de maneira diminuta da abertura de créditos suplementares. O autor utilizou-se do procedimento de regressão e teve como resultado que o orçamento público dos municípios piauienses, no ano de 2005, apresentou uma grande participação dos créditos adicionais suplementares, mostrando-se, neste caso, pouco eficientes. Neste estudo, observa-se que nos municípios em questão, houve um número significativo de créditos adicionais abertos. A questão que pode ser questionada é quais motivos levaram a essa grande participação de créditos adicionais no orçamento.

Santos e Alves (2011) analisaram o impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos orçamentos e no desempenho financeiro dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. Neste estudo, foram utilizadas variáveis contábeis para prever o desempenho dos municípios supracitados. As variáveis contábeis utilizadas foram o Indicador de Créditos Adicionais (ICA), o Indicador da Realização da Receita Orçamentária (IRRO), Indicador da Execução Orçamentária Corrente (IEOC), Indicador da Realização da Receita Tributária (IRRT), Indicador de Investimentos (II), Indicador de Retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e Sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (IRICMS), Indicador do Resultado Primário (IRP), Indicador de Operações de Crédito (IOC) e Indicador da Amortização da Dívida Fundada (IADF). Os autores encontraram o resultado de que após a lei, houve aumento da eficiência do planejamento e execução das receitas e despesas municipais, evidenciado pelo aumento da capacidade de pagamento das dívidas, do equilíbrio do superávit primário e do aumento das receitas tributárias.

Em outro estudo, Linhares, Penna e Borges (2013) também utilizaram-se de variáveis contábeis, tais como o Endividamento Passado, a Estrutura de Capital, a Liquidez, o Grau de Dependência, Despesas com Pessoal e Despesas com Investimento para avaliar o efeito real da Lei de Responsabilidade Fiscal nos municípios piauienses.

Após a apresentação dos elementos teóricos que compõem este estudo, na seção seguinte são apresentados os procedimentos metodológicos que foram empregados para a realização da pesquisa.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipologias de Pesquisa

A pesquisa é categorizada no que se refere aos objetivos, como descritiva. Essa tipologia, conforme assevera Vergara (2000), visa à explicação de fenômenos.

Em relação aos procedimentos, a pesquisa é classificada como documental por terem sido utilizadas informações captadas em relatórios dos municípios. A pesquisa documental é a coleta de dados sobre uma determinada população, que baseia-se em uma amostra selecionada, de forma clara e direta, com o objetivo de saber o comportamento (SILVA, 2003).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é caracterizada como quantitativa, pelo fato dos dados terem sido tratados por meio de modelo econométrico. Richardson (1999) afirma que a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo uso de quantificação tanto nas modalidades de coletas de informações, tanto no tratamento destas por meio de técnicas estatísticas.

3.2 Definição das Variáveis e Coleta dos Dados

As variáveis utilizadas para o estudo são constituídas por uma dependente e dezessete explicativas. A variável dependente refere-se ao valor dos créditos adicionais suplementares abertos nos municípios da amostra. As variáveis explicativas são compostas por variáveis contábeis, socioeconômicas e de controle social. Essas variáveis estão detalhadas respectivamente nas Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 – Variáveis Contábeis

Variáveis	Forma de Mensuração	Autores	Resultado Esperado
IRRO	<p>Indicador da realização da receita orçamentária (IRRO): evidencia o grau de acerto do planejamento e da estimação das receitas, considerando a receita total realizada e a receita total orçada:</p> $IRRO = RTR/RTO$ <p>Onde: <i>IRRO</i> = Indicador da realização da receita orçamentária; <i>RTR</i> = Receita Total Realizada; <i>RTO</i> = Receita total orçada.</p>	Lourençon (2001)	Sinal positivo; Espera-se que quanto maior o acerto no planejamento, maior o desempenho do orçamento.
IEOC	<p>Indicador da execução orçamentária corrente (IEOC): evidencia a capacidade do órgão público em manter suas despesas correntes através das respectivas receitas correntes para o mesmo período:</p> $IEOC = RCR/DCR$ <p>Onde: <i>IEOC</i> = Indicador da execução orçamentária corrente; <i>RCR</i> = Receita corrente realizada; <i>DCR</i> = Despesa corrente realizada.</p>	Campello (2003), Ruckert, Borsatto e Rabelo (2002).	Sinal positivo; Espera-se que quanto maior a capacidade de manutenção das despesas correntes com receitas correntes, maior o desempenho do orçamento.
IRRT	<p>Indicador da realização da receita tributária (IRRT): evidencia a pressão tributária exercida sobre a riqueza econômica dos municípios, mensuradas através da receita tributária arrecadada em relação ao PIB (Produto interno bruto local):</p> $IRRT = RTR/PIBL$ <p>Onde: <i>IRRT</i> = Indicador da realização da receita tributária; <i>RTR</i> = Receitas tributárias realizadas; <i>PIBL</i> = Produto interno bruto local.</p>	López e Corrado (2005)	Sinal positivo; Espera-se que quanto maior a pressão tributária sobre a riqueza econômica, maior o desempenho do orçamento.
IRP	<p>Indicador do resultado primário (IRP): evidencia a capacidade de pagamento do estoque da dívida, considerando a receita não financeira em relação à despesa não financeira:</p>	Alves e Santos (2011)	Sinal positivo; Espera-se que quanto maior a capacidade de pagamento do

	$IRP = RnF / DnF$ <p>Onde: RnF = Receita não financeira; DnF = Despesa não financeira.</p>		estoque da dívida, maior o desempenho do orçamento.
IOC	<p>Indicador de operações de crédito (IOC): evidencia o montante das operações de crédito na composição das despesas de capital:</p> $IOC = OCR / DCR$ <p>Onde: OCR = Operações de crédito realizadas; DCR = Despesas de capital realizadas.</p>	Alves e Santos (2011)	Sinal negativo; Espera-se que quanto maior a o montante de operações de crédito, menor será a eficiência do planejamento.
IADF	<p>Indicador da amortização da dívida fundada (IADF): evidencia as amortizações da dívida fundada em relação às receitas correntes realizadas:</p> $IADF = ADF / RCR$ <p>Onde ADF = Amortizações da dívida fundada; RCR = Receitas correntes realizadas.</p>	Alves e Santos (2011)	Sinal positivo; Espera-se que quanto maior a capacidade de amortização da dívida, maior o desempenho do orçamento.
IEND	<p>Indicador de Endividamento (IEND): indica quanto da Receita Corrente Líquida é necessário para quitar o montante das dívidas. Sendo:</p> $IEND = \frac{PP + (PF - AF)}{RCL}$ <p>Onde: PP= Passivo Permanente; PF= Passivo Financeiro; AF=Ativo Financeiro; RCL=Receita corrente Líquida.</p>	Corbari e Macedo (2009)	Sinal negativo; Espera-se que quanto maior o endividamento, menor será a eficiência do planejamento.
IEC	<p>Indicador de Estrutura de Capital (IEC): indica a parcela do passivo total que é proveniente de terceiros. Sendo:</p> $IEC = \frac{PF + PP}{AT}$ <p>Onde: PF=Passivo Financeiro; PP=Passivo Permanente; AT= Ativo Total.</p>	Corbari e Macedo (2009)	Sinal negativo; Espera-se que quanto maior o endividamento, menor será a eficiência do planejamento.
ILQ	<p>Indicador de Liquidez (ILQ): indica o comprometimento patrimonial e as condições de liquidez. Sendo:</p> $ILIQ = \frac{AF}{PF}$ <p>Onde: AF= Ativo Financeiro; PF= Passivo Financeiro</p>	Corbari e Macedo (2009)	Sinal positivo; Espera-se que quanto maior a liquidez, maior será a eficiência do planejamento.
IGD	<p>Indicador do Grau de dependência (IGD): indica o grau de dependência da administração municipal em relação às transferências recebidas. Sendo: $IGD = \frac{RTrans}{RT}$</p> <p>Onde: RTrans= Receita de Transferência; RT= Receita Total.</p>	Corbari e Macedo (2009)	Sinal negativo; Espera-se que quanto maior o grau de dependência, menor será a eficiência do planejamento.
IDP	<p>Indicador de Despesas com Pessoal (IDP): Indica quanto das receitas correntes são comprometidas às despesas com pessoal. Sendo:</p> $IDP = \frac{Pes + Enc}{RCL}$ <p>Onde: Pes= Pessoal; Enc= Encargos; RCL= Receita Corrente Líquida.</p>	Corbari e Macedo (2009)	Sinal negativo; Espera-se que quanto maior o grau de comprometimento das receitas correntes com despesas de pessoal, menor será a eficiência do planejamento.

IDI	<p>Indicador de Despesas com Investimento (IDI): indica a relação entre as Despesas de Investimento e a Receita Corrente Líquida: Sendo:</p> $IDI = \frac{GI}{RCL}$ <p>Onde: GI= Gastos de Investimento; RCL= Receita Corrente Líquida.</p>	Corbari e Macedo (2009)	Sinal negativo; Espera-se que quanto maiores as despesas com investimentos, menor será a eficiência do planejamento.
-----	--	-------------------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Conforme pode ser observado na Tabela 1, foram utilizadas para o estudo, doze variáveis contábeis, cujos dados foram coletados no *site* do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Tais dados foram obtidos por meio das demonstrações contábeis Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variáveis Patrimoniais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) – Balanço Orçamentário, RREO – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e RREO – Demonstrativo do Resultado Primário.

Na sequência, na Tabela 2, são apresentadas as variáveis socioeconômicas utilizadas para o estudo.

Tabela 2 – Variáveis Socioeconômicas

Variáveis	Forma de Mensuração	Resultado Esperado
PIBM	Produto Interno Bruto dos Municípios: Representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado município.	Sinal positivo; Quanto maior o PIB melhor o desempenho do orçamento público em termos de eficiência, já que economias mais dinâmicas provavelmente apresentam populações com índices de informação e educação mais sofisticados (ALBUQUERQUE, 2011).
I_FDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: Índice que calcula o desenvolvimento socioeconômicos dos municípios brasileiros, tendo como base o emprego e renda, educação, saúde. Elaborado pelo Sistema Firjan.	Sinal positivo; Quanto maior o desenvolvimento do município em termos de emprego e renda, educação e saúde, melhor o desempenho do orçamento público;
I_FGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal: Índice construído a partir dos resultados fiscais das próprias prefeituras – informações de declaração obrigatória e disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).	Sinal positivo; Quanto melhor a gestão do município, melhor o desempenho do orçamento público;
I_DHM	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios: Índice que representa o grau de desenvolvimento humano dos municípios, tendo como base a longevidade, educação e renda. Sendo: $\sqrt[3]{(I_{vida} \times I_{educação} \times I_{rendimento})}$	Sinal positivo; Espera-se que municípios mais desenvolvidos apresentem também uma maior organização e acompanhamento da formulação do orçamento municipal (ALBUQUERQUE, 2011).

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

De acordo com a Tabela 2, foram empregadas no estudo quatro variáveis socioeconômicas, sendo que duas destas, o PIBM e o I_DHM tiveram seus dados coletados no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e duas, o I_FDM e o I_FGF, no *site* da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Por fim, na Tabela 3 é apresentada a variável de controle social.

Tabela 3 – Variável de Controle Social

Variáveis	Forma de Mensuração	
OS	Observatório Social: Existências de observatório social no município.	Sinal positivo; Espera-se que quanto maior o controle, maior é o desempenho do orçamento público.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Conforme exposição da Tabela 3, o estudo conta com apenas uma variável de controle social, representada pelo Observatório Social, que foi coletada junto ao *site* OS DO BRASIL. Para coleta, foi feita a verificação se os municípios possuem Observatório Social (OS), sendo utilizado o número 1 para os municípios que não possuem e 0 para os que possuem.

Por meio da pesquisa documental, foram coletadas as informações dos municípios da região da AMOP, que é composta por 52 municípios. As informações coletadas foram referentes ao período compreendido entre os anos de 2012 e 2015. Tal período foi escolhido pelo fato de constituir um mesmo mandato político exercido pelos gestores dos municípios, mandato de 2012-2016.

3.3 Modelo Econométrico

Para atingir o objetivo da pesquisa, que é demonstrar os determinantes que influenciam a abertura de créditos adicionais suplementares nos municípios da AMOP no período de 2013 a 2015, foi desenvolvido um modelo econométrico, apresentado na sequência.

$$VCA_{it} = \alpha + \beta_1 IRRO_{it} + \beta_2 IEOC_{it} + \beta_3 IRRT_{it} + \beta_4 IRP_{it} + \beta_5 IOC_{it} + \beta_6 IADF_{it} + \beta_7 IEND_{it} + \beta_8 IEC_{it} + \beta_9 ILQ_{it} + \beta_{10} IGD_{it} + \beta_{11} IDP_{it} + \beta_{12} IDI_{it} + \beta_{13} IFGF_{it} + \beta_{14} IFDM_{it} + \beta_{15} PIBM_{it} + \beta_{16} IDHM_{it} + \beta_{17} OS_{it} + \varepsilon_{it}$$

VCA_{it} refere-se a Valor de Créditos Adicionais;

As variáveis dezessete variáveis explicativas são abordadas nas Tabelas 1, 2 e 3;

ε_{it} refere-se ao termo de erro aleatório;

α é o Intercepto;

β_1 a β_{17} são parâmetros que serão estimados pela regressão;

Os subscritos i e t referem-se, respectivamente, à variações nas unidades *cross-section* (municípios) e a variação temporal (anos de 2013, 2014 e 2015).

Após a elucidação do modelo econométrico, foram realizados os testes de *Breusch-Pagan*, *F de Chow* e *Hausman*, cujos resultados são apresentados na seção 4, a seguir.

3.4 Tratamento e Testes Estatísticos

Quanto ao tratamento dos dados e testes estatísticos, primeiramente os dados foram organizados em planilhas eletrônicas, de acordo com cada variável. Após isso, os dados foram tratados pelo procedimento de regressão de dados em painel, por meio do *Data Analysis and Statistical Software (STATA)* versão 12.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Do modelo econométrico que objetivou demonstrar os determinantes que influenciam a abertura de créditos adicionais suplementares nos municípios da AMOP no período de 2013 a 2015, derivaram 156 observações que correspondem ao número de municípios da região AMOP (52) multiplicados pelos três anos. O resultado de tal modelo é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultado do Modelo Econométrico

Análises dos pressupostos									
Prob>F	R ²	DW	Mean VIF	Teste BP/CW	Teste White	Teste B e P	F de Chow	Teste Hausman	Nº OBS
0.0000	0.4524	1.279024	2.51	0.0052	.4623	1.0000	0.0783	0.0000	156
Var. explic.		Pool							
		Coefficiente	Erro Padrão	T	P-Value	Interv. Conf. 95%			
IRRO		1.293703	.3094327	4.18	0.000***	.6818604	1.905545		
IEOC		.8099398	.3206112	2.53	0.013***	.1759941	1.443886		
IRRT		.0413185	.013718	3.01	0.003***	.0141938	.0684431		
IRP		-.5479289	.8260981	-0.66	0.508	-2.181375	1.085518		
IOC		-.0550325	.2150881	-0.26	0.798	-.4803269	.370262		
IADF		-10.87333	3.679078	-2.96	0.004***	-18.14799	-3.59868		
IEND		.1326832	.1004984	1.32	0.189	-.0660326	.331399		
IEC		.4111466	.571602	0.72	0.473	-.7190841	1.541377		
ILQ		.0001507	.0000626	2.41	0.017***	.000027	.0002745		
IGD		1.168889	.3847506	3.04	0.003***	.4081202	1.929658		
IDP		-.7459721	.6909304	-1.08	0.282	-2.112151	.620207		
IDI		-3.155914	.8882059	-3.55	0.001***	-4.912167	-1.399661		
IFGF		-.8546576	.5333288	-1.60	0.111	-1.909211	.1998954		
IFDM		-.3964223	.8123165	-0.49	0.626	-2.002619	1.209774		
PIBM		-.058472	.0528105	-1.11	0.270	-.1628943	.0459503		
IDHM		2.620897	1.354534	1.93	0.055**	-.0574284	5.299223		
OS		-.0612149	.1514021	-0.40	0.687	-.3605828	.2381529		
CONS		-2.372495	1.121546	-2.12	0.036**	-4.590131	-.1548581		

***Significância ao nível de até 0,01

**Significância ao nível de até 0,05

* Significância ao nível de 0,10

Legenda: Prob>F: Significância do Modelo; R²: Poder explicativo do modelo; DW: Estatística Durbin-Watson; Mean VIF: Fator de inflação de variância; Teste BP/CW: Teste Breusch-Pagan para homoscedasticidade; Teste White: Estatística de teste geral de White; Teste B e P: Breusch e Pagan de Lagrange teste de multiplicador para efeitos aleatórios; F de Chow: Teste estatístico Chow; Teste Hausman: Teste estatístico de Hausman.

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Os resultados dos testes (*Breusch-Pagan*, *F de Chow* e *Hausman*), observados na Tabela 4, indicam que a modelagem apropriada para análise da amostra estudada com dados em painel é *Pool*, visto que: nas equações o teste de *Breusch-Pagan* apresentou-se maior que 0,05, o que conseqüentemente levou-se a verificar o teste de *F de Chow*, que sinalizou maior que 0,05, denotando o uso do *Pool*.

Observa-se na Tabela 4, que a modelagem utilizada a fim de verificar a influência das variáveis contábeis, socioeconômicas e de observatório social, sobre o crédito adicional, mostra-se consistente, uma vez que o modelo composto por 156 observações apresenta-se significativo ao nível de 1%. O R^2 , sendo este o poder explicativo do modelo é de 45%, o que demonstra que as variáveis explicativas, influenciam a abertura de crédito adicional. O modelo inicialmente apresentou-se problemas de auto correlação, uma vez que o *Durbin-Watson* é 1.279024, mas ainda assim, encontra-se na zona aceitável, no entanto, para confirmar a independência dos resíduos procedeu-se com a correção de *Prais – Winsten*. Não há problemas de multicolinearidade, conforme aponta o teste VIF (2,51 <10). O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg*, (0.0052), e o teste de *White* (0.4623), indicam a ausência de problemas de heterocedasticidade nos resíduos, rejeitando a hipótese da homocedasticidade ao nível de significância de 1%.

De acordo com os resultados obtidos da regressão, observa-se que das dezessete variáveis utilizadas no estudo, apenas oito mostraram-se significativas ao nível de de 0,05, sendo elas IRRO, IEOC, IRRT, IADF, ILQ, IGD, IDI e IDHM. Observa-se uma presença de sete variáveis contábeis significativas, ao passo que somente uma socioeconômica possui significância, e nenhuma de controle social. As demais variáveis explicativas não são capazes de explicar a variável dependente, pois não denotaram um nível de significância exigido estatisticamente, o que representa lacunas no estudo de determinantes de créditos adicionais.

Das oito variáveis significativas, nota-se que apenas as variáveis IADF e IDI apresentaram-se sinal negativo em relação a abertura de crédito adicional, sendo estas, contábeis. O resultado negativo da IADF evidencia que quanto maior a amortização de dívidas fundadas, menor será a abertura de créditos adicionais, o que apresenta um resultado diferente do esperado, que é positivo. Já o resultado da variável IDI indica que o quanto maior o valor dos investimentos em relação à receita corrente líquida (RCL), menor será o valor dos créditos adicionais abertos. Tal achado atende ao resultado esperado da variável e denota um comportamento de planejamento, pois quando trata-se de investimentos deve já estar planejado nos orçamentos, pois investimentos são ações de grande monta nos municípios como construção de unidades de saúde, escolas.

A variável IRRO, que representa o grau de acerto do planejamento e da estimação das receitas, considerando a receita total realizada e a receita total orçada, apresentou um resultado positivo em relação ao valor de créditos adicionais, com um valor de 1,29, o que evidencia a representatividade de um alto poder de explicação dos créditos adicionais. Esse achado expõe que se há um acerto na execução orçamentária em relação ao planejamento, serão abertos mais créditos adicionais. Tal resultado vai de encontro ao esperado pela variável e aponta para o fato de que se houver excesso de arrecadação, ou seja, mais receitas do que o esperado, conseqüentemente haverá recursos para a abertura de créditos adicionais.

Confirmando o resultado esperado da variável, o indicador IEOC que exhibe a capacidade do órgão público em manter suas despesas correntes através das respectivas

receitas correntes, também retratou um coeficiente positivo, de 0,8 de explicação da abertura dos créditos adicionais, comprovando que se houverem receitas correntes suficientes para manutenção das despesas correntes, haverá maior abertura de créditos adicionais. Santos e Alves (2011) destacam que o aumento no superávit corrente proporciona aos municípios melhores condições para os pagamentos das dívidas contratadas, melhorando o perfil de gastos no futuro. Assim, também podem corroborar para um número maior de créditos adicionais abertos.

O IRRT, que mostra a realização das receitas tributárias, mostrou-se positivo em relação a variável dependente, atestando o sinal esperado, apesar do baixo coeficiente de 0,04, o que levanta inferências de que se a receita tributária orçada for realizada e/ou arrecadada, serão reabertos créditos adicionais. Esse resultado, semelhante a variável IRRO, também evidencia que se houver arrecadação das receitas tributárias previstas, haverão mais recursos para abertura de créditos.

A variável que indica o comprometimento patrimonial e as condições de liquidez da entidade, o ILQ, apresentou um coeficiente positivo que confirma o resultado esperado, porém com valor de 0,00 de explicação da variável dependente, apresentando baixo poder explicativo sobre o valor de créditos adicionais abertos. Linhares, Penna e Borges (2013) analisaram a liquidez em relação ao endividamento e também obtiveram como resultado que a variável não se mostrou estatisticamente significativa, ou seja, não há evidências de que a mesma afete o endividamento dos municípios.

Com um alto coeficiente, o terceiro maior apresentado no estudo, de 1,00, a variável IGD expôs que explica a variável dependente, extraindo-se o achado diferente do esperado, de que quanto maior a dependência da administração municipal em relação às transferências recebidas, maior será o valor de créditos adicionais abertos. Em relação a essa variável, que denota o grau de dependência, Linhares, Penna e Borges (2013), concluíram em seu estudo que quanto maior o grau de dependência, menor o endividamento, inferindo que os municípios parecem vir fazendo bom uso das transferências, podendo, inclusive, estar se capitalizando por meio das mesmas. Ressalta-se assim que a variável positiva quanto aos créditos adicionais e negativa no que tange ao endividamento.

O IDHM, Índice que representa o grau de desenvolvimento humano dos municípios, tendo como base a longevidade, educação e renda, apresentou coeficiente positivo em relação a abertura de créditos adicionais, confirmado o que se esperava da variável. Diante disso, infere-se que quanto maior o IDHM, maior a abertura de créditos adicionais. Tal resultado diferencia-se do encontrado por Albuquerque (2011), em que o IDH não apresentou influência sobre a abertura de créditos adicionais no estado do Piauí.

O estudo conta com coeficientes padronizados, também conhecidos como coeficientes beta, o que proporciona a avaliação da importância das variáveis explicativas na definição da variável dependente. Assim, é possível verificar o grau de participação de cada variável explicativa, de acordo com o seu coeficiente. Observa-se assim, que as variáveis que mais explicam o valor de créditos adicionais são o IDHM, que apresenta o maior coeficiente, de 2,62, seguido pelo IRRO, com coeficiente de 1,29 e pelo IGD, com 1,16 e pelo IEOC, com 0,8. Tais resultados fazem com que essas variáveis sejam as mais importantes da explicação do modelo.

As demais variáveis, compostas pelo IRRT, que tem um coeficiente de 0,04 e ILQ, com um coeficiente de 0,00, apresentam baixo poder explicativo da abertura de créditos adicionais. Aqui vale ser feita uma comparação dos coeficientes para demonstrar esse poder de explicação. Enquanto o maior índice apresenta um valor de 2,62, existem esses de 0,00 e 0,04, evidenciando uma discrepância no que tange à explicação pelos coeficientes positivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O orçamento público permite a autorização de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA, o que consiste na abertura de créditos adicionais, cujos recursos para tal operação derivam de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, produto de operações de crédito e excesso de arrecadação.

Este estudo teve como objetivo geral demonstrar os determinantes que influenciam a abertura de créditos adicionais suplementares nos municípios da AMOP no período de 2013 a 2015. Para atingir tal objetivo, foram analisados os 52 municípios da região AMOP e suas variáveis contábeis, socioeconômicas e de controle social, além da variável dependente valor dos créditos adicionais abertos. Os dados foram tratados por meio da técnica de dados em painel, no período supracitado.

O estudo é inovador, visto que não são comumente discutidos os determinantes de créditos adicionais, o que contribui para a literatura e pesquisa na área de orçamento público.

Ao analisar os determinantes dos créditos adicionais, utilizou-se um modelo de regressão, do qual extraíram-se as variáveis com significância estatística, ao nível de 5%. Das dezessete variáveis do modelo, apenas oito apresentaram essa característica, sendo elas IRRO, IEOC, IRRT, IADF, ILQ, IGD, IDI e IDHM. Ainda, destas oito, duas demonstraram sinal negativo e as outras seis, sinal positivo em relação ao valor de créditos adicionais abertos. As outras variáveis não mostraram efeitos significativos sobre o valor de créditos adicionais.

No que se refere às variáveis que apresentaram coeficiente negativo, foi possível verificar que quanto maior a amortização de dívidas fundadas, menor será a abertura de créditos adicionais, e quanto maior o valor dos investimentos em relação à RCL, menor será o valor dos créditos adicionais abertos.

Já em relação às variáveis significantes e com coeficiente positivo, quanto maior o grau de acerto do planejamento e da estimação das receitas, serão abertos mais créditos adicionais, da mesma forma que quanto maior a capacidade do órgão público em manter suas despesas correntes por meio das respectivas receitas correntes, quanto mais a receita tributária orçada for realizada e/ou arrecadada, quanto maior a dependência da administração municipal em relação às transferências recebidas e quanto maior o grau de desenvolvimento humano dos municípios, tendo como base a longevidade, educação e renda, maior será o valor dos créditos adicionais.

Assim, conclui-se de maneira geral que seis variáveis são determinantes do valor dos créditos adicionais abertos, sendo elas o IRRO, IEOC, IRRT, ILQ, IGD e o IDHM, notando-se o fato que quanto maiores, maior será a quantidade de créditos adicionais abertos.

Como limitação, o estudo verificou somente os créditos adicionais dos municípios da região da AMOP, e o período compreendido entre os anos de 2013 e 2015.

Além disso, limitou-se apenas às dezessete variáveis contábeis, socioeconômicas e de controle social, sendo o controle social representado apenas pela existência de Observatório Social nos municípios.

Sugere-se para pesquisas futuras, o uso de um número maior número de municípios e uma quantidade superior de variáveis explicativas, tais como requerimentos de controle orçamentário elaborados pelo poder legislativo dos municípios e superávits, que possam predizer os motivos de abertura de créditos adicionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Edson Dias de. **Determinantes do controle e planejamento nos orçamentos públicos municipais do Estado do Piauí**. 30 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

ABREU, Cilair Rodrigues; CÂMARA, Leonor Moreira. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 73-90, 2015.

BRASIL, Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964 (1964). Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm> Acesso em 06/08/2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2016. Disponível em <<http://www.firjan.com.br>>. Acesso em 29/08/2016.

GARCES, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. **Gestão pública orientada para resultados no Brasil**. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2016. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 29/08/2016.

INVENTÁRIO CULTURAL. **Mesorregião oeste paranaense**. 2015. Disponível em <<http://www2.sescpr.com.br/inventario/regioes.php?cod=6>>. Acesso em 12/07/2016.

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. Características da produção científica nacional e internacional sobre orçamento público, orçamento participativo e controladoria pública na primeira década do século XXI. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 1, p. 70-90, 2013.

MEIRELES, Luiz Francisco Barata. **Um estudo sobre o orçamento público como fonte de informação para o cidadão avaliar o desempenho dos seus representantes: um estudo de caso sobre o orçamento da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro**. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MELLO *et al.*, Gilmar Ribeiro de. Nível de " disclosure" do orçamento público federal brasileiro. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 26, n. 1, p. 42-53, 2007.

NORDHAUS, William D. The Political Business Cycle. **Review of Economic Studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. 2016. Disponível em <<http://www.osbrasil.org.br>>. Acesso em 29/08/2016.

PIRES, José Santo Dal Bem; MOTTA, Walmir Francelino. A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 25, n. 2, p. 16-25, mai/ago-2006.

ROCHA, Cinara Maria Carneiro. Orçamento público no Brasil: um estudo dos créditos adicionais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 4, n. 2, p. 135-162, 2001.

ROCHA, Diones Gomes da; MARCELINO, Gileno Fernandes; SANTANA, Cláudio Moreira. Orçamento público no Brasil: a utilização do crédito extraordinário como mecanismo de adequação da execução orçamentária brasileira. **Revista de Administração**, v. 48, n. 4, p. 813-827, 2013.

ROSA *et al.*, Marcelo Medeiros da. A Lei de Acesso à Informação como Instrumento de Controle Social: Diagnóstico dos Municípios do Sul do Brasil à Luz do Artigo 8º da Lei 12527/2011. **NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, n. 1, p. 72-87, 2016.

SABIONI *et al.*, Marjorie. Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 3, p. 477-500, 2016.

SANCHES, Oswaldo Maldonado. O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988. **Revista de Administração Pública**, v. 27, n. 4, p. 54-76, 1993.

SANTOS, Luciano Aparecido dos; CAMACHO, Eliane Utrabo. Orçamento público municipal: uma análise no município de Cosmópolis/SP com enfoque no equilíbrio das receitas x despesas no período de 2007 a 2012. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 2, p. 82-94, 2014.

SANTOS, Sandra Regina Toledo dos; ALVES, Tiago Wickstrom. O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 1, p. 181-208, 2011.

SERRA, Rita de Cássia C.; CARNEIRO, Ricardo. Controle social e suas interfaces com os controles interno e externo no Brasil contemporâneo. **Espacios Públicos**, v. 15, n. 34, p. 43-64, maio/agosto 2012.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientação de estudos, projetos, relativos a monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. 2016. Disponível em <<http://www1.tce.pr.gov.br/>>. Acesso em 29/08/2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 106-126, 2012.